



Documentos não circulam para evitar fugas no Conselho de Ministros

Só Passos ficou com as versões integrais dos documentos de Portas e Maduro, por causa das fugas de informação. Desconfiança cresce no Governo

O documento completo elaborado por Paulo Portas sobre a reforma do Estado só foi entregue ao primeiro-ministro, bem como o de Poiares Maduro sobre a nova estratégia de comunicação do Governo. Ao que o Expresso apurou, o receio de fugas de informação para os *media* está instalado no Governo e justifica os cuidados acrescidos que acabaram por impedir que todos os ministros acedessem aos dois documentos centrais da agenda do Conselho de Ministros que assinalou, no sábado, o segundo aniversário da tomada de posse do Executivo.

As fugas de informação das reuniões do Governo estão longe de ser um exclusivo da equipa de Passos. Aconteciam nos Governos de Cavaco, nos de Guterres, nos de Durão Barroso, nos de Santana Lopes e até nos de Sócrates (menos, é certo). Basta ler os jornais da época, notícias não faltam. Mas a forma como Pedro Passos reage mal à divulgação das discussões que têm agitado o seu Executivo prende-se não só com as características centralizadoras deste primeiro-ministro como com o clima de desconfiança que está instalado na coligação.

"Eles já mal falam"

O próprio Miguel Poiares Maduro, que chegou ao Governo com a incumbência de coordenar politicamente o trabalho e comunicação dos vários gabinetes, concluiu rapidamente ser "muito difícil coordenar um Governo de coligação". Sobre tudo numa altura

em que as relações já sofreram um enorme desgaste e já foi preciso gerir momentos de crise iminente, em que a coligação esteve por um fio. Em cada uma delas, evitou-se o pior mas o elã entre as partes (que nunca foi pujante) saiu sempre a perder.

"Passos e Portas já mal falam", garante fonte próxima de ambos, esclarecendo o que isto significa: "Falamos, claro, de tudo o que têm de falar no Governo, mas as relações estão muito circunscritas a isso. O clima entre ambos é mau". Segundo a mesma fonte, tanto Passos como Portas "estão plenamente conscientes de que seria gra-

LOMBA COORDENA BRIEFINGS

Os *briefings* diários do Governo com jornalistas começam na próxima segunda-feira, sob a coordenação de Pedro Lomba. Miguel Poiares Maduro delegou a tarefa no seu secretário de Estado adjunto, o que não significa que não possa ser o próprio ministro a aparecer em algumas das reuniões com os *media*. A realização destes encontros foi apresentada por Poiares aos colegas de Governo no Conselho de Ministros de Alcobaça e não foi consensual. Há quem tema um excesso de exposição e quem alerte que quando mais se fala mais riscos se correm, sobretudo quando as boas notícias, num contexto tão crítico, escasseiam. Poiares Maduro diagnosticou uma dificuldade adicional: ter um discurso politicamente eficaz para dentro sem dar sinais errados para fora.

víssimo para o país abrir uma crise política nesta altura" e "saberão gerir" os momentos mais difíceis. Mas é indissociável o mal-estar que provoca no primeiro-ministro cada intervenção de Portas ao país em que o ministro de Estado acaba por anunciar como ideias suas decisões que sabe estarão a ser preparadas no Governo.

Exemplo? Quando Paulo Portas veio defender como posição oficial do CDS a convergência dos sistemas de pensões público e privado ou a intenção de reformar o Estado por forma a poder reduzir a carga fiscal, isso mesmo teria sido discutido antes numa reunião com Passos, Portas, Gaspar e Maduro. E a forma como o ministro dos Negócios Estrangeiros se antecipa, gerindo a seu favor a agenda política, deixa um indissociável rasto de desgosto no núcleo duro do Executivo.

Quanto às restrições na circulação dos documentos relativos a matérias do Conselho de Ministros, não é de hoje. Já quando o Governo discutiu o DEO-Documento de Estratégia Orçamental, Vítor Gaspar levou tempo a fazê-lo circular entre os colegas, da mesma forma que evita distribuir as tabelas da execução orçamental ou reforma da administração pública.

Na reunião do passado sábado em Alcobaça, vários ministros referiram o documento de Paulo Portas como limitando-se a juntar os contributos que pedira, e recebera, dos vários gabinetes para a reforma do Estado. Mas no texto integral que entregou ao PM, Portas assume duas das questões que colocou na sua moção ao congresso do CDS: que reformar o Estado não é só cortar; e que essa reforma deve levar a uma baixa impostos sobre empresas e sobre pessoas. A.S.